



DL-01

Ses. Esp. 15/04/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Luta Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo proposta pelo nobre deputado Marcelino Galo, do PT.

Convido para compor a Mesa o proponente da sessão o Sr. Deputado Marcelino Galo; o Sr. Luiz Anselmo Souza, coordenador executivo da Coordenação do Desenvolvimento Agrário, representante do governador Jaques Wagner; meu querido amigo, nobre deputado federal Valmir Assunção; o Sr. Lourival Gusmão, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário da Bahia; o Sr. Luiz Gugé, superintendente do Incra; o Sr. Márcio Matos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o Sr. Alberto Viana, presidente da Associação dos Funcionários do INCRA; a Sr^a Dinorah Lobo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Área Agrícola do Estado da Bahia; a Sr^a Ednólia Moreira, do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas; o Sr. Líder dos índios Pataxós-Hã-Hã-Hães Gérson Pataxó; o Sr. Aílton Queiroz Viana da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. (Palmas)

Assistiremos apresentação de Mística, com o MST, relembrando a morte dos militantes da reforma agrária em Eldorado dos Carajás.

(Apresentação)



0566-I

Ses. Esp. 15/03/11

Or. Marcelino Galo

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre proponente desta sessão, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 20 minutos.

Convido a deputada Neusa Cadore para presidir a sessão, por favor.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente desta Assembleia, deputado Marcelo Nilo; Sr. Coordenador Executivo do Movimento Agrário, Luiz Anselmo; meu companheiro, representando o governador Jaques Wagner, Sr. Deputado Federal, filho dessa luta, Valmir Assunção; Sr. Lourival Gusmão, companheiro delegado do MDA da Bahia; Sr. Superintendente do Incra, instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, aqui, neste ato, representando o ministro da Reforma Agrária, companheiro Luiz Gugé; Sr. Márcio Matos, liderança desse movimento, o maior movimento da América Latina, o MST; Sr. Alberto Viana, companheiro do Incra, presidente da Associação de Funcionários, aqui, representando os companheiros importantes na luta pela reforma agrária; companheira, presidente Dinorah Lobo, presidente do Sintrag, Sindicato dos Trabalhadores da Área Agrícola do Estado da Bahia; companheira Ednólia, grande liderança do movimento Ceta; saúdo todos os companheiros; Sr. Líder dos índios Pataxós-Hã-Hã-Hães, companheiro Gelson Pataxó; Sr. Aílton Queiroz Viana, presidente da Fetag, aqui, representando essa grande Federação, os trabalhadores; caros companheiros funcionários do Incra; companheiros de todos os movimentos de luta pela terra, é uma grande alegria estar aqui falando com vocês deste lugar em que vocês me colocaram.

Caros companheiros, neste momento do ano, todo o Brasil assiste à mais extensa mobilização dos trabalhadores rurais Sem Terra por uma ampla reforma agrária e justiça no campo. É hoje que estamos aqui para lembrar, para que nunca mais aconteça um fato que motivou a transformação, nesta época do ano, intitulada Abril Vermelho. Esse nome faz referência ao massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no Estado do Pará, em 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores foram brutalmente assassinados.



O Massacre de Eldorado de Carajás deixou muitas marcas da injustiça social, inclusive uma grande mancha vermelha na terra – a mesma pela qual os trabalhadores assassinados lutavam! Porém, a mais evidente delas é a impunidade. Até o momento, não há registro de que algum dos cerca de 150 policiais envolvidos tenha sido punido. Da mesma forma, o coronel, o capitão e o major que comandavam a tropa de policiais também não sofreram penalizações significativas. No domingo, quando se completam 15 anos do ocorrido, a data segue sob o peso da injustiça.

Depoimento do companheiro trabalhador Josimar Pereira de Freitas, um dos trabalhadores que conseguiram sobreviver à chacina, descreve bem o sentimento que carrega até hoje quando lembra do julgamento dos denunciados: “O julgamento dos acusados foi constrangedor, pois todos foram absolvidos. Algum tempo depois eles receberam indenização por danos morais e praticamente todos já subiram de patente. O major e o coronel envolvidos foram condenados, entretanto, estão soltos e podem não estar trabalhando, mas na certa estão recebendo seus salários. Estamos preocupados e revoltados e tem horas que pensamos estar num beco sem saída. No Brasil não tem justiça para pobre”.

Durante esta semana que antecede o 17 de abril, batizado como Dia Mundial da Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, foram realizadas diversas manifestações para que o massacre de Eldorados dos Carajás não seja esquecido. No Pará, na Bahia e em todo o Brasil.

Ao massacre impune dos trabalhadores rurais, em Eldorado dos Carajás, soma-se a um sem-número de registros da violência no campo, que esperávamos tivesse sido superada. Infelizmente, ainda persiste a impunidade, assim como uma das maiores chagas da sociedade brasileira, que nos impele a lutar: a maior concentração de propriedade rural do mundo e o latifúndio improdutivo – herança maldita de mais de 500 anos de exploração, violência e sacrifícios que foram impostos pela elite brasileira ao nosso povo.

Nós estamos aqui para lembrar, para que nunca mais aconteça e para que as elites não esqueçam: nós queremos justiça no campo, e esta justiça se fará com a punição dos assassinos de Eldorados dos Carajás, mas, também, com a realização da reforma agrária!



Estou convencido de que o Brasil não poderá ser reconhecido como um País desenvolvido, livre e soberano sem que seja realizada uma ampla reforma agrária. Para nós, esta é uma questão que deve integrar, em lista de primeira ordem, uma estratégia de desenvolvimento do País.

A importância da reforma agrária é decisiva porque permite e consolida a estabilidade econômico-financeira de um país. Nenhuma nação poderá ser próspera enquanto seus trabalhadores rurais estiverem na miséria. Daí a necessidade urgente da sua 'libertação'. Não é justo que milhões de trabalhadores brasileiros continuem em condições de pobreza absoluta, enquanto grandes proprietários detenham hoje a propriedade de centenas de milhares de hectares, em grande parte improdutivos, neste País.

Mas a reforma agrária não é contra a propriedade privada no campo. Ao contrário, é preciso descentralizá-la democraticamente, favorecendo as massas e beneficiando o conjunto da nação brasileira! É um imperativo da realidade social atual, devendo atender à função social da propriedade, evitando, assim, as tensões sociais e conflitos no campo, como este aqui narrado. Uma reforma agrária no País é, como já dissemos, uma questão estratégica de uma visão ampla e evoluída do progresso do Brasil.

Uma ampla reforma agrária, senhoras e senhores, poderá gerar mais de um milhão de empregos no campo, ampliar a produção de alimentos e ser um dos elementos dinamizadores da atividade econômica. Neste momento, não falo só dos trabalhadores rurais e de sua sobrevivência básica, falo da aquisição de implementos e maquinários agrícolas para quatro milhões de famílias de trabalhadores rurais que podem dinamizar a indústria de equipamentos e implementos, gerando milhares de emprego nas cidades. Falo da pesquisa científica para ampliar a produtividade dos pequenos agricultores de investimento em infraestrutura, crédito, educação, saúde no campo, todas essas atividades com grande capacidade de dinamizar setores urbanos, com grande capacidade de gerar empregos ainda não existentes. Falo de multiplicar inúmeras vezes a produção de alimentos, ajudando a reduzir o preço dos mesmos e exercendo papel fundamental na redução da insegurança alimentar, na supressão do flagelo da fome e colaborando, decisivamente, na erradicação da miséria. É impossível, diria até mesmo incompatível, pensar em erradicar a miséria sem fazer



reforma agrária! Sem reforma agrária não se acaba com a pobreza e a miséria em nosso País.
(Palmas)

Todos os estudos sérios, inclusive em nível internacional, demonstram que há uma relação positiva entre a realização da reforma agrária com a distribuição de renda, verificando-se, inclusive, que a superação da limitação de oferta de crédito para os mais pobres e de baixa escolaridade, em uma economia desigual, são essenciais para o sucesso da reforma agrária. Não é à toa que os países avançados fizeram a reforma agrária em suas terras, em sua grande maioria, há mais de um século.

Falamos também da necessidade de limitar a propriedade no campo. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda existam no Brasil propriedades rurais que detêm áreas maiores que muitos países europeus, sem produzir nada.

Falamos em combate à fome. A fome é a manifestação mais dramática do estado de miséria e pobreza absoluta que contingentes não desprezíveis da população brasileira estão submetidos. Diferentemente de outros países, a fome no Brasil não é consequência da incapacidade de produzir alimentos em virtude das dificuldades impostas por condições climáticas ou catástrofes naturais. Ela decorre de fatores de ordem estrutural, da escolha de um determinado perfil de desenvolvimento que distribui de forma extremamente desigual tanto a riqueza gerada quanto os fatores de produção necessários à viabilização dos processos econômicos.

Se a fome no meio urbano é resultado, sobretudo, das dificuldades de acesso ao emprego e aos baixos salários, no meio rural pode ser atribuída, fundamentalmente, às precárias condições de reprodução dos pequenos produtores.

A extrema concentração fundiária e a insuficiência das políticas voltadas à agricultura familiar (em que pese a existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) provocam uma realidade marcada pela ausência de trabalho e pela obtenção de rendas insuficientes à reprodução econômica e social. Portanto, a fome não pode ser atribuída nem a fatores de ordem natural e, nem mesmo, de produção insuficiente alimentação de todos: ela decorre de fatores políticos que produzem a exclusão social de



milhões de trabalhadores rurais. Ela é um produto da política! E é assim que deve ser entendida e combatida! Como vocês estão fazendo durante essa grande jornada. (Palmas)

O resgate de uma cidadania dilacerada por processos econômicos, sociais e políticos - injustos no meio rural -, passa por um conjunto de iniciativas que redefinem o perfil de nosso desenvolvimento rural. Neste contexto, a reforma agrária criará, com toda certeza, formas de emprego e geração de renda a trabalhadores rurais desprovidos dos elementares meios de sobrevivência. Além disso, criará as condições para um processo de dinamização econômica, rompendo as amarras ao desenvolvimento impostas pela ociosidade no uso da terra, pela prática de uma pecuária de caráter extensivo, pela super exploração da mão-de-obra, pela vigência de relações de trabalho ilegais (como as formas de trabalho escravo e infantil que nos violenta) e pela monopolização do uso dos recursos naturais (como o caso da água no sertão e no semiárido nordestino).

Além de incrementar a agricultura familiar em ambientes onde ela encontra-se marginalizada, a reforma agrária abrirá as possibilidades para uma efetiva democratização política, dividindo o poder político, tornando os trabalhadores rurais assentados agentes participantes das instâncias de poder.” Aqui temos o representante dele, o deputado Valmir Assunção. (Palmas)

“(…) Os assentamentos, quando em funcionamento pleno, também significam novas formas de organização coletiva, seja pela criação de novas formas, seja pela dinamização daquelas já existentes (sindicatos, associações de produção, centros de convivência comunitária, clubes de mães, grupos de jovens etc.)

E é com essa mensagem que encerra minha participação, neste momento desta Sessão Especial. Lembramos aqui das vítimas de Eldorados dos Carajás, a eles nossa homenagem será muito maior com luta do que com discursos! E esta luta é política! A fome é resultado de política. A concentração de terras é resultado de política! Ninguém nos dará a reforma agrária de graça! A reforma agrária será resultado da nossa luta política! Então, vamos a luta! Viva o MST! Viva a reforma agrária! Viva o movimento de luta pela terra! Viva o povo brasileiro! Um abraço a todos vocês.” (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

(Manifestação da plateia)

(Não foi revisto pelo orador.)



0567-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Márcio Matos

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o companheiro Reginaldo Silva, representante do Secretário da Justiça, Almiro Sena; a Sr^a Valmeire Dias Pimentel, representante da Defensoria Pública; a Sr^a Delegada Agrária Giovanna de Andrade; o Sr. Jorge, representando a delegado-chefe da Polícia Civil. (Palmas)

Quero registrar as presenças do deputado Joacy Dourado, grande representante da região de Irecê; da nossa companheira Neusa Cadore; e do deputado Pastor Sargento Isidório. (Palmas)

Convido o grande companheiro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Márcio Matos, para fazer uso da palavra pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. MÁRCIO MATOS:-Bom-dia a todos os companheiros e companheiras. Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado Marcelino Galo, proponente desta sessão.

Para nós do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, e também para todos os outros movimentos sociais de luta pela reforma agrária presentes, como os companheiros índios, os companheiros do CETA, da Fetag, este é um momento muito importante, porque marca na história o massacre de Eldorado dos Carajás, que tem o nosso repúdio e também da sociedade brasileira. No próximo domingo, completam-se 15 anos desse massacre; e 15 anos de impunidade.

Ao longo desses 15 anos, companheiros e companheiras, nós do Movimento dos Sem-Terra decidimos que a melhor forma de lembrarmos esse massacre de Eldorado dos Carajás, bem como a memória dos 19 companheiros mortos, é justamente levando a luta pela reforma agrária a todos os cantos deste País através das ocupações de terra.

Aqui na Bahia, neste mês de abril, já realizamos 40 ocupações; 3 mil companheiros e companheiras, desde segunda-feira, ocupam a Secretaria da Agricultura do Estado, onde queremos discutir a pauta da reforma agrária.



Ao longo desses 15 anos imperou a impunidade neste País. E também impera a inoperância e a falta de vontade do governo em fazer a reforma agrária de forma concreta. (Palmas)

A Bahia, companheiros e companheiras, é o Estado que tem o maior número de famílias acampadas. Nesses últimos 4 anos, pouquíssimos assentamentos foram criados aqui. Vivemos em um Estado onde muitas terras são devolutas, que estão sendo ocupadas irregularmente. Até hoje, o governo não teve a capacidade de construir um programa para arrecadar essas terras devolutas e destiná-las à reforma agrária.

Vivemos em um Estado que tem mais de 60 mil famílias morando em assentamentos. Temos, também, muita dificuldade para garantir assistência técnica, educação e infraestrutura para que esses assentamentos possam funcionar.

Então, companheiros e companheiras, encerrando a nossa fala, quero dizer da importância desse momento e que é preciso, a cada dia, nós, trabalhadores rurais sem terra, organizarmo-nos para fazermos a luta, as ocupações de terras e para pressionarmos o governo, porque essa é a única forma de conquistarmos a reforma agrária.

Muito obrigado, companheiros e companheiras. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado companheiro Márcio Matos.

(Não foi revisto pelo orador.)



0568-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Valmir Assunção

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero também registrar as presenças da nossa companheira Edna Moreira, do Educampo/Proex/UNEB; do nosso companheiro Milton Mendes Filho, o famoso Miltinho, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura; da nossa companheira Eric Mota, técnica de Reforma Agrária do movimento agrário do Sinai; de Luiz Orleans, representante do senador Walter Pinheiro, um abraço ao senador; e de Adriana Marmore, pró-reitora de Extensão do Proex/UNEB, um abraço.

Dando seguimento, convoco o nosso companheiro, filho dessa luta, maior liderança desse movimento, o deputado federal Valmir Assunção, pelo tempo de 3 minutos. (Palmas)

O Sr. VALMIR ASSUNÇÃO:- Marcelino disse que são 3 minutos para a nossa fala, mas como estamos acostumados, em Brasília, a falar sempre por 1 minuto, é tranquilo.

Sr. Presidente, e proponente dessa sessão, deputado Marcelino Galo, quero saudar todas as mulheres na pessoa da deputada Neusa Cadore, que está aqui; saudar os deputados presentes a esta sessão; os dirigentes de todos os movimentos que estão aqui; da Via Campesina; da Federação; servidores do Incra que, aqui, representam a Confederação Nacional; Gerson Pataxó, que é um companheiro histórico nessa luta indígena.

Quero saudar todos os militantes do nosso movimento saudando o nosso companheiro Márcio, que é da direção nacional; saudar o Eudes, vice-presidente do PT na Bahia, aqui presente. (Palmas)

Vou aproveitar esses 3 minutos para prestar uma informação que acho importante: É que no domingo, dia 17, completa-se 15 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Todos nós falamos em 19 mortes, mas, na realidade, foram 19 pessoas mortas no dia e na hora e depois mais três morreram em consequência do massacre. Então, foram 22 mortes. Sessenta e nove pessoas ficaram feridas e mutiladas naquele dia, 17 de abril.



Cento e quarenta e dois policiais foram denunciados; todos absolvidos. O coronel Pantoja, que recebeu uma pena de 225 anos de cadeia, e o major Oliveira, com uma pena de 154 anos, por incrível que pareça, continuam em liberdade.

É importante nesse dia 17, quando se completa os 15 anos do massacre, afirmarmos duas questões. Primeiro, foram os movimentos que lutam pela reforma agrária em todo o mundo que reconheceram a data como o Dia Mundial da Luta pela Reforma Agrária. Segundo, mesmo no governo de Fernando Henrique, o governo reconheceu, àquela época, a data como o Dia Nacional dessa nossa luta.

Mas é preciso, também, nesta sessão, afirmarmos que estamos aqui hoje para pedirmos justiça. Mas eu acredito que é mais do que isso. Estamos aqui hoje porque sonhamos com a reforma agrária, acreditamos na reforma agrária, para dizer que o sonho dos companheiros que foram assassinados lutando pela reforma agrária, por terra, por cidadania, esse sonho continua vivo no coração e na mente de quem está aqui hoje e também no coração e na mente daqueles que nos apoiam. (Palmas)

Este País, companheiros e companheiras, se iniciou com um massacre, o massacre dos indígenas que eles tentaram exterminar. Mas, ao mesmo tempo que enfrentou esse massacre, sempre teve a capacidade de reverter a situação. Por isso, dizemos que há 15 anos estamos nessa luta, e o Movimento Sem terra, mais de 25 anos de luta pela reforma agrária no Brasil.

Todo ano, vemos em Salvador e, tenho certeza, deputado Marcelino Galo, muitos companheiros e muitas companheiras, aqui, ficam perguntando: mais uma vez em Salvador? É, mais uma vez em Salvador, sim, e temos certeza de que o governador do Estado, mesmo sendo um companheiro nosso, a quem ajudamos, já foi o nosso candidato a deputado federal, apoiamos e fomos decisivos em todos os processos de todas as campanhas, mesmo tendo Marcelino, Joacy, Neusa, Pastor Sargento Isidório aqui, mesmo tendo deputados juntos conosco que apoiam e nos defendem, mesmo elegendo deputado federal, um dos mais votados deste Estado, que sou eu, sendo sem terra e assentado em um projeto de reforma agrária, mesmo assim, as nossas reivindicações ao governo do Estado não vão ser todas atendidas.



Podem ter certeza de que, mesmo não sendo todas atendidas, a pauta que vai ser atendida vai ser combustível suficiente para continuarmos caminhando, ocupando, reivindicando e nos preparando para fazer a reforma agrária, (palmas) porque sei que não é atendida porque nem só o Movimento Sem Terra ou os movimentos de luta pela reforma agrária fazem a reivindicação, e o governo, por ser um governo democrático, tem essa percepção. Mas o que temos que entender é que temos que continuar caminhando, continuar reivindicando, porque foi desse jeito que rompemos com a ditadura militar, porque tivemos companheiros corajosos que enfrentaram essa ditadura e percorreram anos e mais anos até um dia acabar a ditadura militar, o que permitiu elegermos neste Brasil um nordestino que tem um dedo a menos na mão e que se tornou presidente da República. E foi nessa caminhada que fizemos pela primeira vez uma mulher presidenta deste Brasil. Por isso, tenho confiança e esperança de que nessa caminhada, pode não ser hoje ou amanhã que faremos a reforma agrária, mas vamos fazer essa reforma agrária, porque esta tem que ser a convicção de cada um de nós que estamos aqui. (Palmas)

Quero, Sr. Presidente, encerrando, dizer a vocês que ontem houve uma sessão especial na Câmara dos Deputados, como esta, onde o companheiro Marcon, que também é um assentado do Rio Grande do Sul, deputado federal, também participou junto conosco daquela sessão, justamente com o mesmo sentimento nosso que estamos aqui, com as mesmas necessidades.

E, esta semana, durante todo o período, estivemos em audiência com diversos ministros, o do Desenvolvimento Agrário, o da Educação, com o MDS, o Ministério do Trabalho, todos apresentando a pauta nacional, porque o Movimento Sem Terra, neste mês de abril, tem diversas mobilizações em diversos estados, 24 estados mobilizados, 80 ocupações foram feitas em todo o Brasil. É preciso registrar que, das oitenta, quarenta já são na Bahia. (Palmas) Das quarenta, na Bahia, cinco são na Veracel. É importante dizer que é uma multinacional que não respeita a questão ambiental, e é por isso que estamos reivindicando reforma agrária também nessas terras. Essa mobilização vai até o mês de maio.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em nível nacional... Guggé, que é o superintendente do Incra na Bahia, tem dito para todos os ministros: “Nós não



queremos desculpas, dizer que estamos um novo governo, preparando-nos, conhecendo a máquina.” Até porque nós já tivemos oito anos, com o governo Lula, e, agora, é a continuidade desse processo vitorioso desses últimos oito anos. Portanto, não teremos tempo para explicar a pauta ou receber resposta de “vamos ver, vamos analisar”, porque estamos dando continuidade a um projeto vitorioso neste Brasil. Assim mesmo, é no Estado... Por isso, tenho a convicção de que, na semana que vem, possamos também ter uma audiência com o nosso governador Jaques Wagner para fechar, selar nossas negociações aqui no Estado da Bahia. A minha esperança é de que possamos ainda ser atendidos, Marcelino, pelo nosso ministro Afonso, do Desenvolvimento Agrário, um ministro da Bahia e que está por dentro da reivindicação dos movimentos. Que ele venha ao Estado para atender as reivindicações, dialogar e que isso permita fortalecer a reforma agrária (Palmas)

Então, Sr. Superintendente do INCRA, que hoje aqui representa o ministro Afonso, que possamos chegar até ele para colocar as nossas reivindicações, porque do mesmo jeito que o presidente Lula, que a presidente Dilma são companheiros, parceiros nessa caminhada, do mesmo jeito que o nosso governador é parceiro nessa caminhada, o ministro Afonso também é parceiro nessa caminhada e, por isso, teremos que sentar, debater, negociar as nossas reivindicações.

Quero encerrar agradecendo a todos vocês, agradecendo pela caminhada, agradecendo pelo processo que construímos neste Estado da Bahia, agradecendo por todos nós sermos sempre solidários um com o outro, sempre juntos acreditando nas mesmas coisas, convictos do que estamos querendo, convictos de que a reforma agrária é uma luta difícil, mas é uma luta por cidadania, uma luta libertadora, uma luta para fazer com que todas as pessoas democratas deste País, todas as pessoas que sempre lutaram pela liberdade, todas as pessoas que acreditam na força da organização social possam defender a bandeira da reforma agrária.

Domingo, dia 17, estarei no Pará para participar de uma cerimônia decidida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Nacional. Irei levar o sentimento e o sonho e a convicção de cada um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de cada um militante social da Bahia, de todos vocês que estão em Salvador, de todos vocês que



estão nesta caminhada. Vamos preparando-nos para depois desta jornada em Salvador, depois das cinquenta ocupações no Estado da Bahia, possamos fortalecer-nos para melhorar cada vez mais a qualidade da educação, a produção, mas, sobretudo, o nível de organização do nosso movimento, para que, juntos a outros movimentos, possamos unificar nossa bandeira, nossas lutas para pressionar os poderes constituídos e darmos prioridade a nossa bandeira, à reforma agrária, para nós um trio que a presidente da República quer, que é acabar com a miséria no nosso País. E só acabará com a miséria no País se fizer a reforma agrária.

Um abraço, companheiros, felicidades para todos nós. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**0569-I****Ses. Esp. 15/04/11****Or. Ednólia Moreira****Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço as palavras do nosso companheiro Valmir Assunção e quero registrar a presença do companheiro Ivan Alex, do PT da Bahia; companheiro Murilo Brito, secretário de formação política do PT da Bahia; Ademário Costa, tesoureiro do PT da Bahia; Haroldo Andrade, velho companheiro, funcionário do INCRA; nosso companheiro Cristiano, militante do Movimento Negro, o Conen; Ubiratan Félix, superintendente de políticas florestais e conservação da biodiversidade da Sema; Valeriano, vice-presidente do PT da Bahia; Antônio Carlos, o companheiro Tonga, representando aqui o deputado federal Amauri e Paulo Mota, do PT de Salvador.

Quero passar agora a palavra para a nossa grande companheira Ednólia Moreira, representante do Movimento dos Assentados e Acampados e Quilombolas da Bahia. (Palmas.)

A Sr^a EDNÓLIA MOREIRA:- Bom-dia a todos companheiros dos movimentos sociais presentes; bom-dia a toda a Mesa, em nome do deputado Marcelino Galo que teve a grande ideia de convocar este momento de grande importância para a luta dos trabalhadores do Estado da Bahia, e para nós do movimento Ceta, também um momento de muita importância, para os parlamentares comprometidos com o processo de reforma agrária no Estado da Bahia, que não está fácil de fazer; os trabalhadores e trabalhadoras dos movimentos que têm essa luta pela frente, os nossos companheiros e as nossas companheiras do MST que estão aqui mobilizados, e estaremos também, nós do Movimento Ceta e demais movimentos, dando continuidade a essa luta em breve em Salvador, pela nossa reforma agrária para que possamos pautar essa reforma que está com grandes problemas no Estado da Bahia, onde percebemos uma extensão enorme, imensa de terras e que, na sua maioria, 50% dessas terras, como falou o companheiro Márcio, aqui do MST, são devolutas, públicas, e



que estão griladas, concentradas na mãos de poucas pessoas que não têm necessidade nenhuma de ter essas terras.

Enquanto isso, há milhões de famílias acampadas pelas beiras das BRs no Estado da Bahia, temos acampamentos há mais de oito anos, onde as famílias já sofreram vários despejos, todo tipo de violência, e para essas terras não existe um projeto por parte de ninguém, para que sejam discriminadas e verdadeiramente distribuídas para as famílias que necessitam delas. Então, essa é uma grande injustiça social também.

Quando falamos de injustiça, não falamos apenas do sangue derramado no chão, como foi o 17 de abril, em Eldorado dos Carajás, mas falamos da injustiça da falta de política pública, da falta de incentivos para que a reforma agrária, de fato, aconteça. E não precisamos nos preocupar apenas com o latifúndio, o nosso grande inimigo, mas às vezes ele está invisível, não percebemos, mas está ao nosso lado e não percebemos a sua grande ganância e a sua vontade de nos tragar.

Estaremos aqui, companheiros e companheiras, dando continuidade a essa luta, a esse processo, que os movimentos não devem deixar cair essa bandeira da luta da reforma agrária, da justiça social no campo, da justiça por aqueles que tombaram. Em nome dessa luta estaremos aqui dando continuidade a esse processo e não podemos parar, não vamos parar de sonhar que a reforma agrária de fato aconteça no Brasil, porque terra para isso não falta, tem muita terra e muita gente precisando da terra e pouca gente concentrando as terras em suas mãos.

Precisamos lutar para fortalecer os órgãos que são responsáveis pela reforma agrária no Estado da Bahia, os instrumentos que temos para fazer a reforma agrária no Estado e no Brasil, esses órgãos estão defasados, sucateados, e nós precisamos lutar para que isso se resolva também, porque faz parte do processo pela reforma agrária, é o instrumento que temos. É muito triste, chegamos no INCRA, chegamos onde é necessário, irmos em busca, chegamos lá e voltamos com as mãos atadas porque não temos muito o que fazer e só podemos fazer isso através das lutas dos movimentos sociais, das lutas por um projeto melhor para a reforma agrária no Estado da Bahia.



O nosso processo de reforma agrária é a política pública mais importante que o Brasil e o Estado da Bahia têm. Se todos soubessem, lutavam por esse projeto porque ele vai verdadeiramente acabar com a miséria no Estado e no Brasil. Por isso precisamos juntar todos os movimentos, unificar as nossas lutas, unificar as nossas bandeiras, as nossas forças, e jamais nos dividirmos, nos apoiar também com os parlamentares, os quais elegemos e colocamos aqui, eles têm esse compromisso para fazer com que a reforma agrária esteja pautada neste e em outros espaços como instrumentos para fazer com que de fato aconteça.

Gostaria de agradecer a oportunidade, aos companheiros de todos os movimentos que estão aqui, aos companheiros também do Fundo de Pasto, do MPA, estávamos reunidos ontem construindo esse processo de luta, os companheiros do MST que estão aqui, força, vão avante até o dia que for preciso estarem mobilizados. Estamos em mobilização conjunta, não no mesmo espaço neste momento, mas estamos fazendo essa discussão conjunta, é claro que um numa data e outro em outra, não é possível unir as datas, mas unirmos os pontos que temos em comum. Pedimos que nos apoiem na nossa mobilização, porque o nosso único e exclusivo objetivo será pautar e discutir a reforma agrária em todos os espaços que forem necessários.

Viva a luta pela reforma agrária, viva os movimentos sociais. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



0570-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Joacy Dourado

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, companheira Ednólia.

Com a palavra, pelo tempo de 3 minutos, o deputado Joacy Dourado.

O Sr. JOACY DOURADO:- Sr. Presidente desta sessão e autor do requerimento para esta belíssima festa, deputado Marcelino Galo; componentes da Mesa, Neusa Cadore, companheiro Pastor Sargento Isidório; na Mesa o decano já do Movimento Sem Terra na Bahia, decano pelo tempo que já fez isso, companheiro e amigo Valmir Assunção. (Palmas)

Sou Joacy Dourado, agricultor, agrônomo, filho de pequeno agricultor na região de Irecê, plantador de feijão. Como agrônomo, o primeiro emprego foi na reforma agrária, fui um dos primeiros na década de 60, ainda com a Revolução, e trabalhei no IBRA, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, aquilo foi uma enganação da Revolução, que pelo menos deu nome, mas no fim só cadastrou o povo para cobrar imposto.

Depois fui aluno, discípulo e seguidor de um dos maiores baianos e políticos que conheci, companheiro Euclides Neto, a quem peço uma salva e palmas neste momento. (Palmas)

Trabalhei com Euclides, aquele que começou ali em Ipiaú, com a Fazenda do Povo, e no governo Waldir Pires fui dirigente da CAR, tive a honra e a alegria de chefiar na região de Irecê nove fazendas de reforma agrária: Almas, Sertão Bonito, Califórnia I, Califórnia II, Paraíso, etc, e ali entendi o valor e a necessidade da reforma agrária neste País, ali entendi que a terra estava mal dividida, ali entendi, com o velho mestre Euclides, que me dizia: *“Esqueça tudo se for preciso, mas não me deixem desamparado, meus amigos, e o povo da reforma agrária.”* Com ele, nós íamos abrir, destampar os rugões na reforma agrária na região de Irecê. E a gente sabia do valor daquilo lá.

Eu queria dizer que fiquei emocionado com a encenação que vi. Foram 19 pessoas encenando aqui aqueles 19 mortos em Carajás. Ali eu queria encerrar dizendo: que o sangue daqueles 19 seja o combustível que norteará a reforma agrária neste País.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Viva a reforma agrária. Viva os sem terras. Obrigado. (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, nobre deputado Joacy.

(Não foi revisto pelo orador.)



0571-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Neusa Cadore

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Queria convidar agora uma das representantes da maior bancada feminina que esta Casa já teve e também ligada à agricultura familiar, a nossa companheira Neusa Cadore. (Palmas)

A Sr^a NEUSA CADORE:- Bom dia, companheiras, bom dia, companheiros. Quero saudar a Mesa ressaltando o nosso companheiro combativo que hoje preside esta Casa, deputado Marcelino Galo. Ao mesmo tempo, cumprimento todos os demais componentes da Mesa e todas as mulheres.

Numa fala muito rápida, até porque hoje o Plenário é dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas queria dizer desta grandiosa luta que o Brasil tanto precisa através desta marcha que vocês, embora enfrentando tantas dificuldades, terão a lembrança no próximo domingo, um dia que, infelizmente, marca essa tragédia que deixa, na história do Brasil, uma marca tão dura. Mas, ao mesmo tempo, é uma data que emociona e tem um significado muito grande para todos nós não só brasileiros e brasileiras. Acredito que o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra, em nosso país, já ultrapassou fronteiras.

Vocês sabem muito bem que este é um movimento mais vigoroso que clama para que, neste País, se reparta o direito. E a situação da terra, no nosso Brasil, denuncia que nós ainda temos de lutar muito. É bem verdade que, a partir de Lula e com a atual presidenta Dilma, muito nós avançamos no processo de inclusão. Mas, quando a gente olha que, neste País, 24% das terras estão nas mãos dos agricultores familiares e a grande maioria deste imenso território ou as terras mais agricultáveis e produtivas, ou seja, mais de 70% não estão nas mãos de quem hoje coloca 70% do alimento na mesa do povo brasileiro.

Mas eu venho a esta tribuna, prestar a homenagem, prestar a solidariedade e, ao mesmo tempo, cumprimentar. Eu já tive oportunidade de participar no município de Ipirá de acampamento sentindo de perto aquilo que Valmir também viveu e aquilo que cada um de vocês vive. Não é fácil sair de dentro de nossas casas, sejam elas quais forem como vocês



fazem, e ir para a beira das estradas se sujeitando a todo o tipo de agressão, chegando ao ponto do que nós celebraremos no próximo domingo, quando jovens de 17 anos foram vítimas do latifúndio.

A condenação do latifúndio, nós a faremos sim, com a luta, com a garra, com o sangue, com a coragem, mas, sobretudo, com esta luta coletiva. Tô aqui para parabenizar mulheres e homens jovens, crianças que participam desta luta. Com certeza, venceremos. Companheiros, vamos à frente. Parabéns por este testemunho que vocês dão à sociedade brasileira. Como foi dito aqui, algumas coisas, nós conseguimos com maior facilidade como energia, água, estradas. Porém, dividir a terra será uma tarefa muito dura. Mas nós somos chamados a fazer esta história, a história da verdadeira revolução no Brasil que é todos termos direitos aos bens, ao desenvolvimento sustentável, à vida boa e quero cumprimentar o nosso companheiro que representa os indígenas que foram os primeiros massacrados nesse País. E essa luta de homens e mulheres, brancos, negros de todas as raças que vão com certeza, neste governo, que tem dado passos importantes, sermos aliados, porque a luta não é fácil, contem conosco, sigam adiante, até a vitória. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)



0572-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Lourival Gusmão

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado a nobre deputada, queria registrar aqui também que a deputada é vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa.

Quero registrar também a participação do nosso companheiro Anderson, do MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores; Valdivino, companheiro do Fundo de Pasto, este grande lutador; Elísio Santa Cruz, velho companheiro da antiga Emater, hoje, EBDA, também dirigente sindical; Raimundo Bujão, do Movimento Negro.

Quero convidar para fazer uso da palavra, nosso companheiro Lourival Gusmão, delegado do MDA, no Estado da Bahia. (Palmas.)

O Sr. LOURIVAL GUSMÃO:- Bom dia companheiros e companheiras, deputado, companheiro, amigo, irmão e há muito tempo, desde o movimento estudantil que a gente caminha nessa trajetória.

Deputado Marcelino Galo, quero dizer a você e a todos que me sinto honrado, isso para mim é um prêmio estar presente aqui numa sessão, me sinto também em casa, porque a maioria de vocês me conhecem, sabem que é o meu prato da cada dia a luta pelo bem estar do nosso povo.

Queria saudar todas as mulheres aqui presentes em nome da companheira, deputada estadual Neusa Cadore e todos os homens em nome desse grande companheiro, que eu disse a ele na formatura da turma do Pronera. Eu lhe disse, Valmir, a Bahia lhe deve esta vitória, porque a sua eleição é um simbolismo, porque é uma expressão de luta de classe, é uma expressão de base popular, o teu mandato e você como deputado federal, fico feliz, lhe disse isso, eu considero um sinal dos novos tempos quando você era secretário e hoje deputado federal.

Penso que esta reunião, ela expressa um novo momento já da nossa vida política no Brasil e na Bahia. Isso aqui é um estado de civilidade. Há tempos não faríamos essa



reunião. É um estado de civilidade que começa a ser delineado a partir do governo Lula, mas foi uma construção da classe trabalhadora brasileira e dos democratas parceiros dessa luta. Essa é uma reunião interessante.

Agora, quero lembrar também que a luta pela terra no Brasil denota de muito tempo. A luta dos Quilombos, As Ligas Camponesas, Trombas e Formoso, O Movimento do Araguaia, então é uma luta de 500 anos. Se há uma exclusão de 500 anos, também há uma luta de 500 anos pela democratização da propriedade da terra.

Esta lei de 1850 que arrebenta com o nosso povo, quando o Estado Brasileiro, Valmir, pega todas as terras do Brasil e passa para as mãos do estado, vendendo a preço de ouro, tirando as condições e os objetivos reais do nosso povo pobre, adquirir terras a partir daí, criam-se os grande latifúndios.

Mas hoje não é só Eldorado dos Carajás, é os dez de Corumbiara, é os mil e tantos durante o período que vivemos no regime militar. São muitos os companheiros que tombaram no campo e na cidade para a conquista da democracia, para a conquista da liberdade, para a conquista da reforma agrária, porque ela não é sozinha. (Palmas)

A construção e a finalização ou a concretização da reforma agrária no Brasil se dá com o aprofundamento da democracia no Brasil. A democracia no País, na minha opinião, rumo ao socialismo, é uma luta do campo, é uma luta da cidade, da juventude, das mulheres, de todos os trabalhadores. E hoje temos um ambiente muito favorável, Valmir, e você sabe disso.

Na Bahia a gente vivia sob o chicote. Hoje temos um ambiente de civilidade, um ambiente democrático. No Brasil, todos nós já sabemos, agora, que tem uma coisa que vamos ter coragem de fazer, Valmir Assunção, que é mexer na estrutura do Estado. Temos que mexer nas estruturas do Estado que prestam serviço ao povo. Eu sinto dentro do MDA e de outros ministérios que a maior dificuldade que você tem de chegar aos pobres está nas estruturas públicas do Estado, atrasadas, conservadoras, entravadas, cheias de portarias, cheias disso, cheias daquilo, dificultando o desenvolvimento do nosso povo.

(Palmas, muitas palmas)



É só você olhar o acórdão que o TCU fez com o INCRA para o tal do passivo ambiental e vê que aquilo é um absurdo,. Isso não tem nada a ver.

Então, temos que mexer na estrutura do Estado, temos que debater com o governo federal essa estrutura que tem aí de INCRA, de MDA, dos outros ministérios, eles levam muito tempo para resolver o problema do povo, entrava. Digo isso porque sou servidor público federal. Também, entrava, sim, o desenvolvimento das nossas ações a benefício do nosso povo. Por mais que o presidente Lula tenha feito, companheiros e companheiras, ainda temos um passivo muito grande de pobreza no Brasil, e ele se concentra no Nordeste. São 82% de povo miserável, pobre, em extrema pobreza no Brasil que se encontram no Nordeste. Então, temos responsabilidade com o Nordeste.

(Palmas, muitas palmas)

Valmir Assunção e os outros companheiros deputados federais, senador Walter Pinheiro, senadora Lídice da Mata, governo Wagner que também está empenhado, todas as secretarias que estão empenhadas, temos que tirar essa pecha de que o Nordeste só vive de miséria, de fome, que dá trabalho. O Nordeste é produtor de feijão, de milho, de engenheiro, de tudo quanto é coisa boa.

(Palmas, muitas palmas)

Esta é a minha luta! Para mim, fazer política é servir ao nosso povo. Se não tiver resultados positivos para o nosso povo, eu abandono a política e vou fazer minhas coisas. A política tem que ser para servir ao povo!

(Palmas, muitas palmas)

E temos também, Valmir Assunção, você que é um cara retado, que puxar o debate, rapidamente, do limite do tamanho da propriedade no Brasil. A Contag colocou na pauta dela agora o limite da propriedade no Brasil. Temos que fazer o debate do limite de compra de terra por estrangeiro no Brasil.

Então, tem um conjunto de elementos que o movimento tem que continuar ocupando, fazendo as suas lutas que sabem fazer muito bem, todos os movimentos, o MST, o MLT, a Via Trabalho que está aqui, a Via Campesina, o MPA, a Fetag, a Fetraf, toda a companheirada, mas temos que tratar esta questão da legislatura, das leis pra gente tocar a



política pra frente. A presidenta Dilma me permite que eu faça esse discurso. Você sabe por que, Valmir, ela me permite que eu faça esse discurso? Porque ela diz o seguinte: “País rico é país sem pobreza. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0573-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Ailton Viana

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, companheiro Lourival Gusmão, queria também agradecer a presença expressiva aqui da imprensa, jornal *A Tarde*, *Correio*, *Tribuna da Bahia*, todos os *blogs*, muito obrigado pela presença de vocês.

Queria também convidar o próximo orador, e pra considerar que os minutos são baianos, porque o minuto lá Brasília é longo, chamar o nosso companheiro representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia - Fetag -, por favor, companheiro Ailton Viana.

O Sr. AILTON VIANA:- Quero iniciar saudando a Mesa nas pessoas do nosso deputado estadual Marcelino Galo, do nosso deputado federal Valmir Assunção e da deputada Neusa Cadore. Também saúdo os companheiros e companheiras presentes.

Quero dizer que este momento é muito importante, e a reforma agrária é muito mais importante ainda, porque nenhum país do mundo se desenvolveu economicamente sem antes fazer uma distribuição de terra justa para o povo que precisa.

Aproveito este momento para dizer que muitos companheiros do INCRA gostariam de estar presentes, mas não puderam comparecer. Os que estão aqui são comprometidos com a nossa luta, com a nossa causa, por isso merecem o nosso aplauso. Companheiros e companheiras, o esvaziamento, o enfraquecimento do INCRA significa o enfraquecimento da nossa luta, pois esse instituto é um dos nossos grandes parceiros, se não for o maior.

Aproveito também – não poderia deixar de fazer isso – para mandar um recado à CNA, porque a senadora Kátia Abreu, que é a presidente dessa entidade, anda pelos assentamentos do Brasil inteiro, Gugé e companheiro Valmir Assunção, dizendo que está preocupada com a produção dos assentamentos. Então, quero conclamar que a CNA se junte aos movimentos sociais, com a Contag e as centrais sindicais, para destinar as propriedades que utilizam mão de obra escrava, para que assim os trabalhadores que estão embaixo da



lama sejam assentados. E deixe de hipocrisia e desarme a sua Bancada ruralista, que está, a cada momento, lutando contra a luta do homem do campo.

Eu não vou me alongar. Vou finalizar também mandando um recado para a companheira Dilma Rousseff. Eu me emocionei aqui na apresentação dos companheiros do MST, e já me emocionei, acho que pela trigésima vez, porque toda vez que ouvimos falar do massacre de Eldorado dos Carajás, sentimos como se estivesse presente. Emocionei-me também com o discurso de Lourival Gusmão, nosso professor. Mando, portanto, um recado para a companheira Dilma Rousseff: se nós queremos um País rico e sem pobreza, é preciso que o governo federal invista mais, muito mais, numa reforma agrária ampla, justa e maciça.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0574-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Luiz Gugé

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, companheiro Ailton.

Quero dizer a vocês que foi dada entrada, na Câmara Federal, a um projeto, assinado pela nossa Bancada, que define claramente que o Congresso Nacional será responsável por aprovar os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, que serão ajustados, periodicamente, não mais do que 5 anos, mediante ato normativo dos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, levando em conta o progresso científico e tecnológico da agropecuária no período.

Desde 1975 que esses índices não são atualizados, e produtividade de muitos produtos agrícolas chegou a multiplicar por 50 ou até 100, talvez. Então, a atualização histórica e a ciência têm que servir para todos, principalmente para os pobres deste País.

Parabéns àqueles que encaminharam esse projeto. (Palmas)

Companheiros, temos aqui um problema burocrático e interno da Casa, porque o funcionamento desta Assembleia, às sextas-feiras, é até as 12h, e os companheiros funcionários já têm a sua rotina. Por isso, vamos ter de acelerar os trabalhos nesta sessão, reduzindo o tempo dos oradores para 2 minutos. E esse tempo tem que ser da Bahia mesmo.

Quero convidar o nosso grande superintendente do INCRA, Luiz Gugé, aqui representando o ministro do Desenvolvimento Agrário, nosso companheiro Afonso, que é daqui da Bahia, com muito orgulho.

Com a palavra o companheiro Luiz Gugé pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. LUIZ GUGÉ:- Bom-dia a todos e a todas presentes, quero dizer ao companheiro Ailton, Tico, que reforma agrária é isso, é emoção. Sempre que militamos nesse campo vivemos períodos de tensão, de emoção, de alegria e de tristeza, mas sempre nessa caminhada.



Senhoras e senhores, meus cumprimentos especiais aos Exm^{os} Deputados e Deputadas desta respeitosa Casa; bom-dia a todos os presentes a esta sessão especial, que muito me orgulho em participar, em defesa da reforma agrária e da justiça no campo, convocada pelo nosso Exm^o Deputado e, agora, presidente desta sessão, nosso querido Marcelino Galo. Gostaria de estender também os cumprimentos ao meu companheiro, o deputado federal Valmir Assunção, aos demais deputados, demais dirigentes trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, aos já assentados também, da Fetag, da Seta, do MST, da Via Campesina.

Meu abraço aos meus amigos e lideranças desses movimentos sociais. Meu cumprimento especial a Eudes, nosso vice-presidente do PT da Bahia. Gostaria de saudá-lo e a todos aqui presentes.

(Lê) *“Confesso que a luta pela reforma agrária é algo que se mescla à minha vida profissional, como engenheiro agrônomo, servidor do Incra e gestor da superintendência regional do Incra, na Bahia, já pela segunda vez.”*

Cabe a mim, representando o nosso ministro, de quem trago os cumprimentos a esta Casa Legislativa, e também o nosso presidente do INCRA, Dr. Celso, falar um pouco para que a sociedade compreenda e entenda o que é a reforma agrária e o que ela representa para a sociedade baiana em termos de valorização do seu povo.

(Lê) *“Nossa realidade rural é dura. Vivemos num Estado com o maior número de residentes no meio rural do Brasil. E, por outro lado, temos uma grande concentração fundiária de terras nas mãos de poucas pessoas.*

Ou seja, há um grande contingente de famílias, realmente, sem possuir terras, mas que só sabem viver através do trabalho nela.”

Só sabem trabalhar na terra, têm essa *expertise*, e cada vez mais o agronegócio, as grandes propriedades estão jogando essas pessoas na periferia das grandes cidades, e cabe ao Incra, cabe ao governo federal promover a reforma agrária, para que possamos resgatar a cidadania dessas pessoas.

Eu queria dizer, rapidamente, só para que vocês possam entender, o que significa o trabalho dessa instituição. Gostaria de saudar os meus colegas servidores do Incra aqui



presentes. Tudo que eu disser aqui foi feito com o trabalho deles e dos nossos parceiros do Estado, através da Seagri.

(Lê) *“Nos últimos quatro anos, o Incra investiu R\$ 224 milhões para o desenvolvimento da reforma agrária na Bahia.*

Só em créditos foram aplicados R\$ 172 milhões. Recursos que permitem às famílias se desenvolverem no campo após estarem nos assentamentos.

Através desses recursos, por exemplo, senhoras e senhores, estamos possibilitando que 8 mil e 400 assentados possam construir suas casas, o que, na maioria das vezes, significa a primeira moradia na vida da família.

Outras 10 mil e 800 famílias, que vivem em 137 assentamentos antigos, puderam reformar suas moradias. A água tratada chegou a 15 mil e 500 famílias, através da instalação de sistemas de abastecimento de água.

Em obras de recuperação de estradas, entre 2007 e 2010, aplicamos R\$ 45,3 milhões. As obras realizadas, somadas, entre estradas internas e externas, totalizam 1,8 mil quilômetros. Essa é a mesma distancia que separa a cidade de Salvador do Estado de São Paulo.”

Senhores, vejam que quando nós resgatamos uma família que está sem emprego, sem moradia e a colocamos num lote de reforma agrária, estamos aquecendo a economia local, estamos aquecendo a economia do município. Todos os investimentos são feitos no município e isso é importante que a sociedade saiba. Cada família que assentamos lá é uma família que deixa, pela contingência da vida que vivemos, do momento que vivemos, de vir para a periferia das grandes cidades.

Então, senhoras e senhores, para concluir, temos um convênio, também, com o Estado da Bahia no valor de R\$ 90 milhões. É importantíssimo frisar, é um convênio que diz, de forma clara, o rumo que o governo do Estado, nosso governador Jaques Wagner, quer dar para a reforma agrária.

Há muitas queixas com relação à produção dos assentamentos e quero frisar, aqui, que, hoje, temos um convênio com o governo do Estado, no valor de R\$ 90 milhões, que permitiu a contratação de 420 técnicos, coordenados pelo Incra e governo do Estado, para



prestar assistência técnica e social nas áreas de reforma agrária. Ou seja, esses recursos são carimbados para os assentados, são recursos individuais com os quais estamos fortalecendo a assistência técnica, junto ao governo do Estado, para essas famílias.

Então, quero concluir dizendo que a produção desses assentamentos, hoje, está nas mãos do Governo do Estado, do Governo Federal, quando conseguimos prestar uma assistência técnica social e ambiental com qualidade.

Por isso, eu gostaria também de frisar que hoje temos dentro do INCRA convênios com as universidades estaduais, formando engenheiros agrônomos, profissionais em letras, em pedagogia da terra, técnicos de saúde e alfabetização de pessoas no campo. Esse chama-se o Pronero, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

O tempo é pouco para falar o vasto mundo que é o Programa de Reforma Agrária do Brasil e na Bahia principalmente, porém é muito pouco frente à concentração fundiária que temos e frente à burocracia, frente às leis que nos impedem de assentar trabalhadores na terra.

Por isso, que é importante que cada vez mais que se realizem sessões como essa, para que possamos sensibilizar os demais deputados, a Casa Legislativa, os deputados federais, o Executivo, o Judiciário para que possamos promover a justiça social e a reforma agrária na Bahia e no Brasil.

Vida Longa à reforma agrária, ao MST e muito obrigado.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



0575-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Dinorah Lobo

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, companheiro Luiz Guggé.

Quero aqui registrar as presenças do ex-deputado estadual, Raimundo Nonato; do companheiro Gabriel Oliveira, secretário da juventude do Partido dos Trabalhadores.

Convido para fazer uso da palavra a representante de um segmento importante da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, dos trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública, a companheira Dinorah Lobo, mais uma mulher aqui nos representando.

A Sr^a DINORAH LOBO:- Bom-dia a todas e todos, saúdo a Mesa na pessoa do deputado Marcelino e da deputada Neusa Cadore, que são também companheiros que estão conosco nessa luta há muitos anos.

Em princípio, gostaria de dizer que representamos os trabalhadores da EBDA, Bahia Pesca e ADAB. Estamos juntos nessa luta com o MST já há algum tempo, dizemos sempre o seguinte, quando as críticas que sempre ocorrem, que no grupo do MST só tem bagunceiro, isso e aquilo, sempre colocamos que ninguém vai para dentro de uma barraca de lona para ficar na beira da estrada se expondo se não tiver necessidade, ninguém está ali por prazer ou por que gosta de estar ali e que é uma festa. Então, peço para que as pessoas se sensibilizem e entendam que os trabalhadores não aguentam mais.

A reforma agrária é urgente, todos que me antecederam já colocaram, não vou mais me ater a essa questão da reforma agrária, precisamos lutar com todas as forças que temos.

É urgente a reforma agrária neste estado. Já estamos no quinto ano de governo e não vemos concretamente ações de reforma agrária no Estado da Bahia. Então, na questão nossa, específica da EBDA é preciso reestruturar essa empresa.

Estamos aqui, neste momento, para apelar aos deputados aqui presentes, deputados desta Casa, para que acelerem a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Agricultura Familiar, Assistência Técnica, Pesquisa e o Desenvolvimento deste estado.(Palmas.) Sem



isso não conseguiremos, a reforma agrária fica comprometida e precisamos de assistência técnica pública e gratuita para a agricultura familiar.

Todos vocês que estão aqui são agricultores familiares e precisam de orientação técnica, de pesquisa para se desenvolverem.

A nossa fala é nessa direção. Apelamos aos deputados, já encaminhamos um documento solicitando o porquê dessa frente e já estão encaminhando, neste momento, estamos fazendo um apelo, Marcelino, para que essa frente parlamentar seja criada urgentemente, para que possamos garantir a reestruturação da EBDA com as condições que são necessárias, como pagamentos de passivos, toda essa desestruturação que essa empresa vem passando ao longo desses 20 anos.

É isso aí.

(Não foi revisto pela oradora.)



0576-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Alberto Viana

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigada, companheira.

Queria informar à companheira e a todos os companheiros da Assistência Técnica que isso já foi feito, já foi encaminhado o requerimento a esta Casa, criando a frente parlamentar, inclusive o seu estatuto, do qual deveremos passar uma cópia para vocês que podem fazer qualquer tipo de alteração, se há defesa da agricultura familiar e extensão rural pública.

Então, companheiros, gostaria de convidar um segmento de trabalhadores importantes na reforma agrária que são os companheiros do Incra. O companheiro Alberto Viana representará aqui esses trabalhadores. (Palmas)

O Sr. ALBERTO VIANA:- Bom-dia a todas e a todas. Represento aqui a nossa colega Argentina Lopes, presidente da Assincra, que está em Brasília nas negociações com o Ministério do Planejamento.

Voltamos aqui para ratificar junto a vocês do movimento social, saudando, primeiro, a Mesa, através do deputado Marcelino Galo, a quem agradecemos muito por este espaço que é tão escasso ainda no cenário político.

Declaramos a nossa solidariedade à luta de todos os trabalhadores rurais pelo desenvolvimento no campo, pelo acesso à terra, à economia solidária, à agroecologia, e o nosso repúdio à criminalização ainda reinante no Brasil dos movimentos sociais. (Palmas)

Nossa moção de apoio também a todos os servidores do Incra e trabalhadores rurais, para os quais peço ajuda a Valmir Assunção, pois estão ameaçados de morte pelos madeireiros, em Anapu, no Pará. Esses trabalhadores estão sitiados na unidade avançada há vários dias, por conta de ameaças de morte, e a gente não quer que outro massacre se repita no nosso país no meio rural.

Em que pese o enorme passivo de acesso à terra, de ações de desenvolvimento dos assentamentos e de regularização de territórios quilombolas, nós, servidores do Incra,



trabalhamos muito. Somos apenas 190 servidores ativos na Bahia, responsáveis por mais de 600 projetos de assentamento, mais de 40 mil famílias assentadas, mais de 1000 certificações de imóveis rurais, mais de 1500 vistorias em fazendas. Mas os resultados desse trabalho não aparecem, porque ainda reina na nossa sociedade uma forte discriminação com relação a reforma agrária. Então, na imprensa não aparecem muitos dos resultados que foram construídos juntamente com todos os trabalhadores rurais, basta ver a missão da China que esteve aqui no ano passado e que visitou um assentamento, como exemplo para o Banco Mundial de organização social e produtiva.

Elencamos, ontem, Marcelino, 17 exemplos de êxito da reforma agrária na Bahia, mas pelo tempo só vamos elencar 3: a ressocialização e integração social de vários ex-moradores de rua, de internos de presídios, como o companheiro do assentamento Dom Helder, sobrevivente do massacre do Carandiru; o maior programa de educação no campo da reforma agrária do Brasil também está aqui na Bahia. E agora, através do nosso companheiro da Uneb, vão protocolar o curso de Direito que vai ser o primeiro a atender o trabalhador rural na Bahia. (Palmas)

Por isso, companheiros, vamos pedir a todos os presentes, especialmente aos parlamentares, que endossem todas as reivindicações do Fórum Nacional de Reforma Agrária, do qual a nossa CNASI participa, representada aqui pelo nosso colega Eric.

(Lê) “*Que o Incra seja reconhecido pelo governo Dilma, governo que nós elegemos, como instrumento legítimo de execução de políticas públicas, de erradicação da miséria no Brasil.

*Pela elaboração de novos planos Nacional e Estadual de Reforma Agrária.

*Pela igualdade de tratamento salarial e de condições de trabalho com órgãos congêneres e um plano de carreira que valorize quem se qualifica.

*Pela participação dos servidores e movimentos sociais no processo de reestruturação e fortalecimento da autarquia.

*Pela nomeação de dirigentes do órgão por critérios técnicos.

*Pela recomposição imediata do quadro funcional através de concurso público.

*Pelas mudanças na legislação atual que emperram a reforma agrária.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

*Pela descriminalização dos movimentos sociais.

*Pela ampliação do orçamento do órgão.” e pela divulgação dos trabalhadores servidores dos resultados da reforma agrária na imprensa nacional.

Obrigado e viva a reforma agrária! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0577-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Gérson Pataxó

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, companheiro Alberto, representando aqui os trabalhadores do Incra.

Agora, eu gostaria de convidar aquele de quem a terra foi arrancada deles pelos colonizadores desse País, o representante, a liderança importante dos Pataxós-Hã-Hã-Hães, nosso companheiro Gérson Pataxó. Por favor, companheiro, 2 minutos.

O Sr. GERSON PATAXÓ:- Bom dia a todos e a todas, quero aqui saudar a Mesa em nome dos deputados Valmir Assunção e Marcelino Galo.

Quero dizer aos companheiros aqui que nós, pataxós Hã Hã Hães, temos uma terra de 64 mil hectares, uma terra demarcada mas que não está registrada. Uma terra que foi invadida pelos coronéis do cacau e essa terra foi massacrada, botaram a gente pra correr dessa terra, tiraram a gente da terra como caçam, matando o nosso povo.

O nosso povo vem sofrendo. De 82 pra cá, tem uma ação no Supremo, já morreram mais de 25 lideranças da gente, mortos por fazendeiros, inclusive um desses que morreram foi o nosso companheiro Galdino, que morreu em Brasília, queimado vivo. A nossa terra, nas nossas retomadas, vem sofrendo violência contra o nosso povo e nós estamos sofrendo discriminação naquela região.

Companheiros, eu estou preocupado com a situação de meu filho que está internado em Itabuna, que no domingo tomou três tiros por pistoleiros de fazendeiros. A violência daquela região vem de vários pistoleiros, a discriminação da Polícia Federal vem com várias prisões preventivas contra o nosso povo, contra as lideranças, não só ao Pataxós Hã Hã Hãe, mas também ao nosso povo Tupinambá e os pataxós do Extremo Sul e nós estamos sofrendo naquela região.

Nós estamos pedindo às autoridades que falem com o Supremo para o Supremo julgar aquela ação, porque já tem mais de 28 anos. Por causa dessa demora do Supremo já morreram mais de 25 lideranças da gente. Nós precisamos de quê? Ter a nossa terra de volta,



que é uma terra da gente, é uma terra demarcada. Nós precisamos que o Supremo devolva a nossa terra que foi um título que o governo do Estado, no caso de Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos, deram aos fazendeiros uma terra que não era deles.

E por isso, já perdemos várias lideranças e hoje nós temos a aldeia rodeada de pistoleiros. E nós precisamos viver, sem a terra nós não vivemos, a terra é a nossa mãe, da terra sobrevivemos, a terra nos dá a educação, nos dá barriga cheia, dá tudo pra gente. Por isso, nós precisamos dela para sobreviver.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



0578-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Valmeire Dias Pimentel

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero convidar para fazer uso da palavra a representante da Defensoria Pública, Sr^a Valmeira Dias Pimentel.

A Sr^a VALMEIRE DIAS PIMENTEL:- Bom dia a todos e todas. Peço licença ao presidente da Mesa, neste momento, para fazer uma pergunta à plateia. Quem aqui tem acima de 60 anos, levante o braço, por favor?

Sr. Presidente, senhores da Mesa, é em nome dessas pessoas acima de 60 anos que a Defensoria Pública quer saudar o dia de hoje. O que acontece aqui é que essas pessoas são responsáveis pela história dos jovens e das crianças que aqui estão hoje. São responsáveis pela eleição dos nossos legítimos representantes, são responsáveis pela existência do órgão que represento, a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Quero aqui dizer que a Defensoria Pública, instituição extremamente nova dentro da estrutura do Estado, preocupada com a situação da reforma agrária e da moradia digna, criou um Núcleo de Moradia Digna e de Regularização da Situação da Terra. O que acontece? Há seis meses foi criada e só há um defensor público para todo o Estado, deputado Valmir Assunção, repito, um defensor apenas.

A Bahia é um Estado grande, com 470 municípios – acho – aproximadamente, (pausa) 417? (Pausa) São 417 municípios para 190 defensores públicos! E são eles, os defensores públicos, eu, inclusive, que damos acessibilidade à justiça que os senhores clamam, ou seja, à justiça social; não à justiça jurídica judicializada. Muitas coisas podem ser resolvidas com diálogo, como hoje aqui a Casa está dando este exemplo, dialogando e ouvindo, isso é o que a Defensoria Pública prega.

Então, em nome da Defensoria Pública, eu quero dizer que não há necessidade de continuarmos com lutas sangrentas e perdas de vida para que se construa o que é direito do povo, moradia digna. Quando eu falo em moradia, eu falo também em saneamento básico, eu falo também em escolas, eu falo também na saúde, porque não adianta, apenas, termos um



lugar para morar. Temos de ter um lugar para morar digno e que tenha todo o sistema de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência física, acessibilidade às pessoas idosas. Inclusive, a construção dessas casas e dessas moradias deve se adequar ao que a lei Estatuto da Cidade já define, tem de ter portas largas, com banheiros acessíveis para quem já não tem mais a mobilidade física.

Então, a reforma agrária há de abarcar todas essas políticas, senhores, que são os nossos legítimos representantes, sejam deputados estaduais ou federais. Mas há, também, os órgãos governamentais. A sociedade civil unida e legitimamente representada, com certeza, alcançará todas as políticas públicas da moradia, da reforma agrária, da educação e da saúde, porque não adianta ter moradia, senhores, sem educação e saúde neste País. E é a educação que está trazendo os senhores aqui, porque é a educação que nos dá cidadania, e também a saúde, porque muitos, talvez, não estejam aqui presentes porque não têm saúde para estarem presentes, estão adoentados.

Sei que a luta dos senhores é árdua, mas contem com a Defensoria Pública do Estado. Nós estamos de portas abertas para o povo, infelizmente, não em cada cidade, mas aqui em Salvador, onde se concentra o maior número, estamos, lá, no Canela à disposição de todos, inclusive no Núcleo da Moradia Digna e Reforma Agrária.

Muito obrigada. (Muitas Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado, nossa defensora pública Walmeire.

(Não foi revisto pela oradora.)



0579-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Geovana de Andrade Bonfim

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Queria, agora, convocar para fazer o uso da palavra a delegada agrária, Sr^a Geovana de Andrade Bonfim, representando o Dr. Hélio Jorge, delegado-chefe da Polícia Civil da Bahia.

A Sr^a GEOVANA DE ANDRADE BONFIM:- Bom-dia, senhoras e senhores, bom-dia, deputado Marcelino Galo, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa.

Prometo atender ao meu tempo através de duas mensagens, a primeira, de amplo agradecimento em meu nome, porque a convivência com movimentos sociais, com trabalhadores rurais e com quilombolas me tornou, certamente, uma profissional muito melhor e mais sensível, mais reflexiva. (Muitas palmas)

Agradeço também aos órgãos com os quais comecei a trabalhar em rede, Incra, CDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Ouvidoria Agrária Nacional, enfim, entendi que não se faz segurança pública apenas através da Secretaria da Segurança Pública. É preciso que trabalhemos com total sinergia, e é isso que nós temos tentado fazer.

A segunda mensagem é de compromisso, compromisso, sim, em nome da Polícia Civil, que vem, ao longo dos últimos anos, tentando se especializar no tratamento de conflitos decorrentes da luta pela terra, tratando com mais celeridade, com mais especialidade, todas as infrações penais que nascem por conta dessa luta.

Temos, hoje, um Grupo Especial de Mediação e Acompanhamento de Conflitos Agrários e Urbanos. Estamos em estudo, com muito esforço, tentando instalar no Estado da Bahia algumas unidades, que serão unidades especializadas, que vão atender trabalhadores rurais de forma especializadas, fazendo a percepção penal de forma mais célere, atendendo assim o desejo de combater definitivamente a violência no campo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



0580-I

Ses. Esp. 15/04/11

Or. Luiz Anselmo Souza

Dia Internacional da luta pela Reforma Agrária e Justiça no campo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Dr. Luiz Anselmo Souza, coordenador executivo do Desenvolvimento de Reforma Agrária, CDA, representando o governador Jaques Wagner.

O Sr. LUIZ ANSELMO SOUZA:- Bom-dia, companheiras e companheiros, é com grande satisfação que estou aqui, incumbido pelo governador Jaques Wagner de o representar neste ato.

Esta sessão foi promovida, atendendo a solicitação do nosso deputado Marcelino Galo, companheiro de longas datas, de lutas, sempre na defesa dos trabalhadores rurais, na defesa da luta da reforma agrária, na defesa da luta do povo sofrido.

Quero aproveitar também para, na pessoa do deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, saudar a todos que estão na Mesa. E não poderia deixar de citar os movimentos sociais presentes, MST, com seus dirigentes todos e com grande número de militantes, enobrecendo este ato, assim como os companheiros do movimento Ceta, do movimento da MPA, e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, que está aqui presente.

Aproveita o para saudar os companheiros representantes dos movimentos sindicais dos trabalhadores públicos, tanto estadual como federal, no caso o Sintrag, aqui presente, no caso o Sindicato das Associações dos Servidores do INCRA; ao companheiro pataxó, nobre representante dos povos indígenas, povo sofrido que teve suas terras expropriadas ao longo de sua história, e estão aqui presentes na luta pela defesa da terra, junto ao conjunto dos trabalhadores sem terra que também estão presentes a este ato.

Então, companheiros e companheiras, é com grande satisfação que participamos deste evento, no dia em que se comemora o Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, e o governo do Estado da Bahia não podia se eximir de estar aqui presente, solidário como sempre foi e continuará sendo nesta luta pela reforma agrária.



Entendemos que a atribuição constitucional é da União, mas o governo do Estado da Bahia é que tem compromisso com a luta da reforma agrária, e em função disso tem pautado sua agenda em dar resposta concreta no limite de suas possibilidades, para que essa luta avance de forma significativa, em prol da melhoria de qualidade de vida dos companheiros que estão no campo. E isso tem sido feito.

O companheiro Gugé, anteriormente, já tinha citado aqui as parcerias que foram criadas desde 2007, 2008, para viabilizar a política de assistência técnica e extensão no campo, através dos programas de Atech, que são desenvolvidos pelo INCRA, onde o governo do Estado da Bahia disponibilizou 420 servidores para juntos poder materializar e viabilizar um processo que é fundamental para sustentabilidade dos trabalhadores nos assentamentos da Bahia, que é a viabilização da produção agrícola. Sabemos que muito há para ser feito, porque junta-se uma demanda reprimida ao longo da história com uma esperança grande de que esse governo dê a resposta, porque esse governo tem compromisso com a luta dos trabalhadores. Então, o somatório disso dá uma dimensão imensa do problema que se tem colocado e que precisa ser resolvido, e o governo tem ações concretas e está caminhando de forma significativa para responder isso.

Digo mais: temos avançado as discussões com o conjunto dos Movimentos Sociais, lógico, como o nosso governador sempre diz: colocar o chapéu até onde a mão alcança. E isso tem balizado o comportamento dos dirigentes, dos órgãos do Estado da Bahia, nas negociações com movimentos sociais no sentido de viabilizar e avançar a luta pela reforma agrária. Muita coisa há de ser feita. Mas o entendimento do governo do Estado é que a reforma agrária é fundamental para não só socializar a luta, socializar a terra, mas possibilitar e dar condições para que nela o povo possa viver, e com dignidade.

Muito obrigado e um grande sucesso para a luta de vocês!

(Não foi revisto pelo orador.)

**DL-02****Ses. Esp. 15/04/11**

O Sr. Marcelino Galo:- Muito obrigado aqui o representante do governador, queria registrar a presença aqui dos nossos companheiros pescadores de marisqueira, aqui representando pelo companheiro Ícaro e Eribaldo, da Associação de Pescadores de Marisqueira de Abadia; da nossa companheira deputada estadual Maria del Carmen, passar a palavra para o nosso presidente aqui, que já estava tentado a aprovar um decreto fazendo a reforma agrária do Estado da Bahia, ninguém teria mais 200 hectares e sendo votado por essa maioria aqui. Mas em respeito a V. S^a não farei, porque parece um golpe. Muito obrigado pela presença do senhor aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido companheiro de Parlamento, nobre deputado Marcelino Galo, foi num momento ímpar de felicidade que fez a proposta para que realizássemos esta sessão especial; Sr. Coordenador Executivo do Desenvolvimento Agrário, Luiz Anselmo Souza; CDA, representante do governador Jaques Wagner; nobre parlamentar Valmir Assunção, deputado federal; Sr. Lourival Gusmão, delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário da Bahia; meu querido amigo, Luiz Gugé, Superintendente do Incra; Sr. Reginaldo Silva, representante do Secretário de Justiça Almiro Sena; Sr^a Valmeire Dias, representante da Defensoria Pública; Sr. Márcio Matos do MST; Sr. Alberto Viana, presidente da Associação dos Funcionário do Incra; Sr^a Delegada Geovana, representante do Delegado-chefe da Polícia Civil; Sr^a Presidente Dinorá Lobo, do Sindicato dos Trabalhadores da Área Agrícola do Estado da Bahia; Sr^a Ednólia Moreira do CETA; Sr. Líder dos Índios Patoxó Hã-hã-hãe, Gerson Pataxó; Sr. Ailton Queirós Lisboa da Fetag; Srs. e Sr^{as} Parlamentares; senhores presentes nesta sessão especial.

A vida política nos dá grandes alegrias como também dá grandes tristezas, mas graças a generosidade dos pares, estou, neste momento, como presidente da Assembleia coordenando esta sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Luta no Campo.

Estou neste Parlamento, há 21 anos; 16 deles como deputado da Oposição. Talvez



seja o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos em oposição ao sistema em nosso Estado.

Quis o destino que eu estivesse aqui, neste momento, porque, por diversas vezes, utilizei aquela tribuna para dizer que no movimento em defesa da reforma agrária na Bahia, em defesa da reforma agrária no Brasil – reconhecendo os outros movimentos que são feitos no campo –, sem dúvida alguma, desde o início da República, o MST foi o mais forte, o mais consolidado na história do País.

Conheço porque nasci na roça, nasci no campo, e sei que não é fácil organizar pessoas para defender a reforma agrária num país como o Brasil.

Sei da responsabilidade que vocês têm com a consolidação do regime democrático no Brasil porque, sem dúvida alguma, a democracia é um dos melhores dos regimes. Na democracia, temos a liberdade para defender aquilo que acreditamos. A Bahia vive, hoje, um regime democrático, o Brasil vive um regime democrático há alguns anos, mas, graças à decisão do povo baiano, levamos para o governo do Estado, sem dúvida alguma, o maior democrata que conheci na vida, o governador Jaques Wagner. Homem sério, que sabe a responsabilidade do cargo que ocupa; homem que, como parlamentar, defendeu a reforma agrária; homem que, como governador do Estado, cargo mais importante, continua defendendo a reforma agrária.

Nós, que estamos no cargo de Presidente da Assembleia pela terceira vez consecutiva, a Casa do contraditório, a Casa do Povo, que tem a representação feita pelo povo do nosso Estado, abrimos as portas para receber todos os movimentos do nosso Estado.

Recebi nesta semana os empresários; recebi nesta semana os servidores; estou recebendo, pela porta da frente, as pessoas do campo, que lutam bravamente, com organização, pacificamente, que é a palavra que defendo, pela reforma no campo.

Portanto, meu companheiro, deputado Valmir Assunção, um dos homens mais inteligentes que passou por este Parlamento, cheguei à Presidência da Assembleia, repito, por uma deferência dos companheiros, mas não poderia deixar de reconhecer que a primeira pessoa que procurei para ter o apoio político para que assumisse a presidência do Parlamento estadual – vez que o Partido dos Trabalhadores, esse partido importante do nosso Estado, na



época tinha oito companheiros e o meu partido tinha apenas três – foi o então deputado estadual Valmir Assunção naquela escada que dá acesso a este Plenário, e ele prontamente respondeu-me que eu seria o seu candidato à Presidência da Assembleia. Naquele momento, fui procurar outros companheiros parlamentares e o governador Jaques Wagner. E assim, graças à decisão desta Casa, estou aqui já no quinto ano, lutando por aquilo que acredito, que é um País livre e verdadeiramente democrático.

Sou um homem que saiu da roça, lá da cidade de Antas, e chegou à cadeira mais importante do Parlamento estadual, o segundo cargo da hierarquia do nosso Estado. Isso quer dizer que qualquer um de vocês pode também chegar. (Palmas) Na vida pública só temos sucesso se tivermos muita coerência, coragem e paciência. Vocês têm esses três requisitos: coragem, haja vista os companheiros de Eldorado dos Carajás; paciência, pois lutam há anos em defesa da reforma agrária; e muita coerência, porque estão lutando por aquilo que acreditam, que são melhores dias para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Quero encerrar esta sessão parabenizando o deputado Marcelino Galo, que fez a proposta desta sessão, que foi aprovada pela unanimidade desta Assembleia. Esta é a Casa das leis, mas é também a Casa que tem as portas abertas para receber todos os segmentos da sociedade, repito, do empresário ao trabalhador.

Parabéns!

Está encerrada a sessão.